

RUASINVEST Participações S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
CEP 04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500
Fax 55 (11) 3940-1501
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores da
RUASINVEST Participações S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos as demonstrações financeiras da RUASINVEST Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras

6. Os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação nas demonstrações financeiras do exercício corrente foram por nós auditados e o nosso relatório datado de 5 de agosto de 2014 conteve ressalvas em decorrência dos seguintes assuntos:
- a. A Companhia não elaborou laudo de avaliação do valor justo líquido dos ativos e passivos para as controladas, Comercial de Veículos Divena Ltda., Divena Litoral Veículos Ltda. e Caio Induscar – Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda., adquiridas durante o exercício de 2012, registradas pelo montante de R\$ 5.997 mil e ganho por compra vantajosa de R\$ 16.339 mil. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação ao saldo de investimento, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. Parte substancial do ganho por compra vantajosa no valor de R\$ 9.211 mil foi reconhecida no resultado do exercício de 2014 em função da alienação dos investimentos mantidos na Comercial de Veículos Divena Ltda. e Divena Litoral Veículos Ltda.;
 - b. As demonstrações financeiras das investidas, Comercial de Veículos Divena Ltda., Divena Litoral Veículos Ltda. e CLA Administração e Participações Ltda., avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos investimentos estavam registrados no balanço patrimonial por R\$ 19.161 mil e o resultado de equivalência patrimonial no resultado do exercício por R\$ 2.027 mil, alienados durante o exercício de 2014 reconhecendo no resultado desse exercício o valor de R\$ 22.649 mil, não foram auditados por auditores independentes. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação ao saldo de investimento, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa;
 - c. Não foi divulgado o valor de mercado nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2013 das aplicações financeiras mantidas em Cédula de Crédito no exterior referenciada em “*bonds*” (debêntures) cujo saldo contábil era de R\$ 10.282 mil; e
 - d. Desde 31 de dezembro de 2012 o saldo da reserva de lucros vem ultrapassando o limite legal do valor do capital social previsto no artigo 199 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores e até o término do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não houve deliberação em assembleia para regularização desse assunto.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do período corrente também incluiu modificação em decorrência dos possíveis efeitos sobre a comparabilidade dos valores do período corrente e valores correspondentes relacionados aos assuntos mencionados nos itens (a) a (d).

7. Durante o exercício de 2012, a Companhia adquiriu participações societárias na Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda., avaliando tal investimento pelo método da equivalência patrimonial. A Companhia nessa aquisição registrou um ganho por compra vantajosa de R\$ 7.129 mil que está sendo apresentado como redutor da conta de investimentos. Entretanto, até o final de nossa auditoria de 2014 e 2013, a Administração da Companhia não providenciou a avaliação do valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida, conforme requerido pelas práticas contábeis. Consequentemente, não foi possível avaliarmos os impactos contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013, no saldo da conta de investimentos e ganho por compra vantajosa, caso essa aquisição tivesse sido registrada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras

8. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos sobre os valores correspondentes dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RUASINVEST Participações S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 15 de setembro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Orlando Octávio de Freitas Júnior
Contador CRC 1SP178871/O-4

RUASINVEST Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	366	376	Empréstimos e financiamentos	10	17.502	53.904
Aplicações financeiras	5	42.350	64.255	Dividendos a pagar	12.c	23.183	17.465
Empréstimos - partes relacionadas	6	863	15.158	Impostos e contribuições a recolher		131	128
Impostos a recuperar		1.563	1.767	Outras contas a pagar	11	<u>1.460</u>	<u>4.093</u>
Outras contas a receber		<u>1.991</u>	<u>4.073</u>				
Total do circulante		47.133	85.629	Total do circulante		42.276	75.590
Não circulante				Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	7	6.296	9.450	Empréstimos e financiamentos	10	<u>55.195</u>	<u>43.002</u>
Empréstimos - partes relacionadas	6	8.403	-				
Investimentos	8	290.768	221.797	Total do não circulante		55.195	43.002
Imobilizado	9	<u>50.043</u>	<u>56.058</u>				
Total do não circulante		355.510	287.305	Patrimônio líquido	12		
				Capital social		273.000	75.000
				Reserva de lucros		<u>32.172</u>	<u>179.342</u>
Total do ativo		<u>402.643</u>	<u>372.934</u>	Total do patrimônio líquido		305.172	254.342
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u>402.643</u>	<u>372.934</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RUASINVEST Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(13.276)	(10.144)
Equivalência patrimonial	8	66.524	47.873
Outras receitas operacionais	14	26.516	355
Outras despesas operacionais	14	<u>(13.937)</u>	<u>(1.132)</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		65.827	36.952
Receitas financeiras	15	9.024	11.794
Despesas financeiras	15	<u>(23.492)</u>	<u>(11.978)</u>
Despesas financeiras líquidas		(14.468)	(184)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		51.359	36.768
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16	<u>(2.552)</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do exercício		<u>48.807</u>	<u>36.768</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RUASINVEST Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	<u>48.807</u>	<u>36.768</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>48.807</u></u>	<u><u>36.768</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RUASINVEST Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de lucros					
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Total	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012		30.000	2.293	180.959	183.252	-	213.252
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	36.768	36.768
Aumento de capital social com utilização de lucros acumulados - 16/12/2013	12.a	23.213	-	-	-	(23.213)	-
Aumento de capital social em dinheiro - 16/12/2013	12.a	21.787	-	-	-	-	21.787
							-
Destinação:							
Constituição de reserva legal	12.b	-	1.838	-	1.838	(1.838)	-
Dividendo mínimo obrigatório	12.c	-	-	-	-	(17.465)	(17.465)
Transferência para reserva de lucros	12.d	-	-	(5.748)	(5.748)	5.748	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		75.000	4.131	175.211	179.342	-	254.342
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	48.807	48.807
Aumento de capital social com utilização de reserva de lucros - 15/12/2014	12.a	172.794	-	(172.794)	(172.794)	-	-
Aumento de capital social em dinheiro - 15/12/2014	12.a	25.206	-	-	-	-	25.206
Destinação:							
Constituição de reserva legal	12.b	-	2.440	-	2.440	(2.440)	-
Dividendo mínimo obrigatório	12.c	-	-	-	-	(23.183)	(23.183)
Transferência para reserva de lucros	12.d	-	-	23.184	23.184	(23.184)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014		273.000	6.571	25.601	32.172	-	305.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RUASINVEST Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	48.807	36.768
Ajustes para:		
Equivalência patrimonial	(66.524)	(47.873)
Realização do ganho com compra vantajosa pela venda do investimento	(9.210)	-
Depreciação	6.017	4.111
Juros sobre empréstimos (terceiros e partes relacionadas)	13.991	-
Imposto de renda e contribuição social	2.552	-
	<u>(4.367)</u>	<u>(6.994)</u>
(Aumento) diminuição nos ativos		
Aplicações financeiras	21.905	2.626
Títulos e valores mobiliários	3.154	1.507
Impostos a recuperar	204	(1.051)
Distribuição de lucros - recebidos	5.880	25.550
Empréstimos - partes relacionadas	5.892	(1.607)
Outras contas a receber	2.082	(1.683)
Aumento (diminuição) nos passivos		
Impostos e contribuições a recolher	3	11
Impostos de renda e contribuição social pagos	(2.552)	(159)
Outras contas a pagar	(2.633)	(1.832)
	<u>29.568</u>	<u>16.368</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
	29.568	16.368
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento da venda de participações societárias	22.649	25.703
Recebimento da venda de participações societárias (ágio Banco Luso)	-	9.360
Aquisição de participações societárias	(21.766)	(39.495)
Aquisição de imobilizado	(2)	(60.169)
	<u>881</u>	<u>(64.601)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usados nas) atividades de investimentos		
	881	(64.601)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento dos empréstimos e financiamento	(60.737)	-
Captação de empréstimos e financiamento	22.537	48.469
Pagamento de dividendos	(17.465)	-
Aumento de capital	25.206	-
	<u>(30.459)</u>	<u>48.469</u>
Fluxo de caixa líquido (usados nas) proveniente das atividades de financiamentos		
	(30.459)	48.469
(Redução) / Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(10)	236
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	376	140
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>366</u>	<u>376</u>
(Redução) / Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(10)	236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A RUASINVEST Participações S.A., anteriormente denominada APMR Investimentos e Participações S.A., (“Companhia”) é uma holding que tem como objeto social a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista e que está constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.901, 5º andar - Torre Oeste, São Paulo, Estado de São Paulo.

A RUASINVEST Participações S.A. é uma Companhia do Grupo Ruas, utilizando-se dos seus recursos administrativos, financeiros e tecnológicos das empresas do Grupo. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

A Companhia possui controle compartilhado da Montgomery Participações S.A. que tem por objeto social a participação em outras sociedades, nos termos das disposições legais aplicáveis. A Montgomery Participações S.A. é detentora de 30% do capital votante da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

Adicionalmente, e conforme divulgada na nota explicativa 8, a Companhia participa em diversas empresas cujos percentuais de participação no capital social daquelas empresas variam de 17,65% a 66,67%, no entanto todas as decisões relevantes são feitas de forma compartilhada entre a Companhia e os demais sócios/quotistas, independente do percentual de participação, por esse motivo a Companhia divulga suas demonstrações financeiras somente de forma individual.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de setembro de 2015.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 9** - Determinação da vida útil dos bens do imobilizado;
- **Nota explicativa nº 17** - Instrumentos financeiros.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Quando aplicável, transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração dos resultados.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos – Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Empresa nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - Mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, empréstimos - partes relacionadas e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e bancos, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento – Aplicações financeiras

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda (ações) são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores de ativos financeiros. Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras

sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é desreconhecido, os ganhos e perdas acumulados mantidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos – Reconhecimento e mensuração*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2014 e 2013.

Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Dividendos mínimos obrigatórios

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo quando designados.

c. *Ativos circulantes e não circulantes*

Investimentos

Os investimentos em controladas em conjunto e em coligadas onde a Companhia possua uma influencia significativa são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessárias.

O custo dos ativos imobilizados inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas / outras despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão demonstradas na nota explicativa nº 9.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil.

Arrendamento mercantil

Arrendamento financeiro

Os bens adquiridos nesta modalidade são reconhecidos como ativos e depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

d. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre empréstimos entre partes relacionadas. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros e as distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras compreendem principalmente despesas de juros sobre empréstimos entre partes relacionadas e empréstimos com instituições financeiras, perdas sobre aplicações financeiras e impostos sobre operações financeiras. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

A Companhia não constituiu o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, devido não preencher os requisitos estabelecidos no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, que determina, entre outros, a existência de lucros tributários futuros para o reconhecimento dos créditos de impostos.

g. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

h. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Os novos pronunciamentos técnicos emitidos mas ainda não efetivos em 31 de dezembro de 2014 são:

(i) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, espera-se que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Caixa	17	21
Bancos conta movimento	349	355
	366	376

5 Aplicações financeiras

Instituição financeira	Vencimento	Rendimento	2014	2013
Banco Safra	14/08/2015	100% CDI	32.974	14.385
Banco Citibank	19/10/2015	100% CDI	2.501	36.147
Banco Luso Brasileiro	06/04/2015	100% CDI	3.480	3.415
Banco Safra	21/12/2015	100% CDI	12	26
Banco Safra	07/09/2015	LFT	3.376	-
Banque Privee Espírito Santo	20/05/2019	4,375% a.a.	7	10.282
			42.350	64.255

O saldo de aplicações financeiras no Banco Privee Espírito Santo de 2013 (aplicações em Cédula de Crédito no exterior referenciada em *bonds* (debêntures) tiveram resgate total em Agosto de 2014. As demais aplicações financeiras são lastreadas em Certificados de Depósito Bancários (CDB), remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e não são destinadas para atenderem compromissos de curto prazo.

A exposição do grupo a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 17.

6 Empréstimos - partes relacionadas

Ativo	Modalidade	Encargos	Vencimento	2014	2013
APM Investimentos e Participações Ltda.	Mútuo	(a)	(a)	863	-
Santa Amélia Participações S.A.	Mútuo	(a)	(a)	-	15.158
AMA Waters LLC	Mútuo	Variação cambial + 2,45% a.a. + Libor referenciada por 3 meses	(c)	8.403	-
Total				<u>9.266</u>	<u>15.158</u>
		Circulante		863	15.158
		Não circulante		<u>8.403</u>	<u>-</u>
				<u>9.266</u>	<u>15.158</u>
Passivo	Modalidade	Encargos	Vencimento	2014	2013
APM Investimentos e Participações Ltda.	Mútuo	(a)	(a)	-	5.475
VT Cunha Participações Ltda. (b)	Mútuo	10,78% a.a.	30/06/2015	898	10.561
Caio Indústria Carrocerias Ltda.	Mútuo	(a)	(a)	-	221
Empréstimo dos Sócios	Mútuo	(a)	(a)	-	5.087
Total (Nota Explicativa nº 10)				<u>898</u>	<u>21.344</u>

- (a) Nos contratos de mútuo não há incidência de juros, bem como não há vencimento.
- (b) O contrato com VT Cunha Participações Ltda. foi integralmente liquidado em Junho/2015.
- (c) No contrato de mútuo não há vencimento.

7 Títulos e valores mobiliários

Instituição (a)	Ação	Data da compra	Valor de custo	Valor justo em 2014	Valor justo em 2013
Itau	CCR03	27/10/2009	1.459	2.663	3.071
Bradesco	VALE5	27/10/2009	1.985	944	1.607
Brasil	PETR4	27/10/2009	6.774	1.760	2.999
Bradesco	BVMF3	30/11/2007	1	1	1
Itau	CSNA3	17/12/2009	650	224	598
Brasil	PETR4	17/12/2009	1.341	551	939
Itau	POMO4	17/12/2009	71	153	235
			<u>12.281</u>	<u>6.296</u>	<u>9.450</u>

- (a) As instituições indicadas representam os custodiantes das ações adquiridas pela Companhia.

Estas ações estão sob bloqueio (garantia), vinculadas à fiança internacional GE-2010/593, relacionada ao contrato de financiamento da Concessionária Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., por esse motivo estão sendo apresentadas no ativo não circulante. Para fins de melhor divulgação e comparabilidade, o saldo de 2013 foi reclassificado para o ativo não circulante.

8 Investimentos

	2014	2013
Investimentos em participações societárias	297.897	238.136
Ganho com compra vantajosa	(7.129)	(16.339)
	<u>290.768</u>	<u>221.797</u>

a. Composição

	<u>Investimentos em participações societárias</u>		<u>Ganho com compra vantajosa</u>		<u>Saldo final líquido dos investimentos</u>	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda.	218.052	174.089	(7.129)	(7.129)	210.923	166.961
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	4.179	5.738	-	-	4.179	5.738
Montgomery Participações S.A.	41.014	24.605	-	-	41.014	24.605
TVO Publicidade S.A.	(2.926)	(1.986)	-	-	(2.926)	(1.986)
Twice Investimentos e Participações Ltda. (a)	308	89	-	-	308	89
Comercial de Veículos Divena Ltda. (c)	-	10.862	-	(6.090)	-	4.772
Divena Litoral Veículos Ltda. (c)	-	4.197	-	(3.121)	-	1.076
RC Participações S.A. (b)	38.390	18.762	-	-	38.390	18.762
CLA Adm. e Participações Ltda. (c)	-	4.102	-	-	-	4.102
Centro Administrativo Caio Ltda.	101	45	-	-	101	45
GR3 Distribuidora de Alumínio Ltda. (e)	1.029	380	-	-	1.029	380
Tec Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	2.594	2.004	-	-	2.594	2.004
Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. (d)	(4.627)	(4.695)	-	-	(4.627)	(4.695)
GRE Empreendimentos Imobiliários Ltda. (e)	24	-	-	-	24	-
CPA Centro de processamento de alumínio Ltda. (e)	(241)	(56)	-	-	(241)	(56)
	<u>297.897</u>	<u>238.136</u>	<u>(7.128)</u>	<u>(16.339)</u>	<u>290.768</u>	<u>221.797</u>

- (a) Em 01 de março de 2013 a houve a cessão de 310.000 quotas de participação societária na investida Twice Investimentos e Participações Ltda. reduzindo a participação da Companhia de 80,0% para 49,0%.
- (b) Em 10 de outubro de 2013 houve um aporte de capital na investida RC Participações S.A. por meio da transferência do investimento que a Companhia detinha no Banco Luso Brasileiro S.A. Assim, a participação da Companhia que era diretamente na investida Banco Luso Brasileiro S.A., passou a ser indireta por meio da investida RC Participações S.A. Em Fevereiro e Agosto/2014 ocorreram aportes de capital na empresa RC Participações S/A, completando a integralização sua participação na empresa (66,67%).

- (c) Em Setembro de 2014 a houve a venda do total de quotas das empresas Comercial de Veículos Divena Ltda, Divena Litoral Veículos Ltda, e CLA Adm. E Participações Ltda, que a Companhia possuía, transação esta efetuada para os demais sócios destas empresas.
- (d) Em Abril e Dezembro/2014 ocorreram aportes de capital na Ótima.
- (e) As empresas GR3, CPA e GRE receberam em 2014 aportes de capital de Companhia na proporção de sua participação (49%).

b. Informações relevantes sobre os investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Empresa	Quotas/Ações possuídas pela Companhia		% de participação da Companhia		Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
	Quotas / ações	Quotas / ações										
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda.	73.500.000	73.500.000	49,00%	49,00%	767.747	705.898	329.967	350.614	437.780	355.284	89.721	116.508
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	341.040	341.040	49,00%	49,00%	12.982	14.738	4.451	3.026	8.531	11.712	10.655	11.928
Centro Administrativo Caio Ltda.	49.000	49.000	49,00%	49,00%	574	344	367	252	207	93	114	(7)
GR3 Distribuidora de Alumínio Ltda.	245.000	245.000	49,00%	49,00%	3.970	1.380	1.870	605	2.100	775	875	725
Tec Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	1.819.370	49.000	49,00%	49,00%	10.577	8.702	5.283	4.612	5.294	4.090	1.205	377
RC Participações S.A.	54.132.700	34.042.700	66,67%	66,67%	57.442	28.002	-	-	57.442	28.002	695	(22.805)
Montgomery Participações S.A.	17.829.604	17.829.604	50,00%	50,00%	82.033	50.462	7	1.254	82.026	49.208	24.250	20.549
Ótima concessionária de exploração de mobiliário urbano S.A	4.324.074	5.335.754	17,65%	17,65%	232.578	162.690	258.792	189.291	(26.214)	(26.601)	(5.613)	(42.627)
TVO Publicidade S.A.	1.640.939	1.637.180	20,79%	20,79%	8.960	9.864	23.031	19.414	(14.071)	(9.550)	4.540	(4.572)
Twice Investimentos e Participações Ltda.	759.500	490.000	49,00%	49,00%	627	194	-	13	627	181	(103)	(533)
Comercial de Veículos Divena Ltda.	0	5.307.248	0,00%	36,00%	-	167.521	-	137.352	-	30.169	-	(4.284)
Divena Litoral Veículos Ltda	0	1.697.238	0,00%	36,00%	-	239.037	-	227.376	-	11.661	-	(3.001)
CLA Adm. e Participações Ltda.	0	2.387.092	0,00%	36,00%	-	11.451	-	55	-	11.396	-	1.654
CPA Centro de processamento de alumínio Ltda.	245.000	245.000	49,00%	49,00%	1.470	224	1.961	338	(491)	(114)	(563)	(414)
GRE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	24.500	0	49,00%	0,00%	49	-	-	-	49	-	0	-

c. Movimentação dos investimentos

Empresa	2013					2014						
	2012	Equivalência patrimonial	Aquisição	(Baixa)	Distribuição de lucros	2013	2013	Equivalência patrimonial	Aquisição /Aumento de capital	(Baixa)	Distribuição de lucros	2014
	Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda.	136.600	57.089	-	-	(19.600)	174.089	174.089	43.963	-	-	-
Fiberbus - Indústria e Comércio de Fibras de Vidro Ltda.	4.162	5.845	-	(1.819)	(2.450)	5.738	5.738	4.321	-	-	(5.880)	4.179
Montgomery Participações S.A.	17.615	10.275	215	-	(3.500)	24.605	24.605	16.409	-	-	-	41.014
TVO Publicidade S.A.	(1.035)	(951)	-	-	-	(1.986)	(1.986)	(944)	4	-	-	(2.926)
Twice Investimentos e Participações Ltda.	196	(261)	154	-	-	89	89	(50)	269	-	-	308
Banco Luso Brasileiro S.A.	23.068	811	-	(23.879)	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercial de Veículos Divena Ltda.	12.404	(1.542)	-	-	-	10.862	10.862	161	-	(11.023)	-	-
Divena Litoral Veículos Ltda.	5.277	(1.080)	-	-	-	4.197	4.197	2.976	-	(7.173)	-	-
RC Participações S.A.	1	(15.281)	34.042	-	-	18.762	18.762	(463)	20.091	-	-	38.390
CLA Adm. e Participações Ltda.	3.507	595	-	-	-	4.102	4.102	351	-	(4.453)	-	-
Centro Administrativo Caio Ltda.	-	(4)	49	-	-	45	45	56	-	-	-	101
GR3 Distribuidora de Alumínio Ltda.	-	355	25	-	-	380	380	429	220	-	-	1.029
Tec Glass Indústria e Comércio de Vidros Ltda.	-	185	1.819	-	-	2.004	2.004	590	-	-	-	2.594
Ótima concessionária de exploração de mobiliário urbano S.A	-	(7.960)	3.265	-	-	(4.695)	(4.695)	(991)	1.059	-	-	(4.627)
GRE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	(1)	25	-	-	24
CPA Centro de processamento de alumínio Ltda.	-	(203)	147	-	-	(56)	(56)	(283)	98	-	-	(241)
	201.795	47.873	39.716	(25.698)	(25.550)	238.136	238.136	66.524	21.766	(22.649)	(5.880)	297.897

d. Movimentação do ganho por compra vantajosa

	2013			2014				
	2012	(Adições)	Baixas	2013	2013	Adições	Baixas	2014
Caio Induscar - Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda.	-	(7.129)	-	(7.129)	(7.129)	-	-	(7.129)
Comercial de Veículos Divena Ltda.	-	(6.090)	-	(6.090)	(6.090)	-	6.090	-
Divena Litoral Veículos Ltda.	-	(3.120)	-	(3.120)	(3.120)	-	3.120	-
	-	(16.339)	-	(16.339)	(16.339)	-	9.210	(7.129)

9 Imobilizado

	Vida útil (anos)	2014			2013
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Aeronave	10	60.169	(10.128)	50.041	56.058
Máquinas e Equipamentos	10	2	-	2	-
		<u>60.171</u>	<u>(10.128)</u>	<u>50.043</u>	<u>56.058</u>

Em abril de 2013 foi adquirida uma nova aeronave Marca Bombardier, modelo técnico CL-600-2B16 e modelo comercial Challenger no valor de R\$ 60.169, cujo montante está alienado ao Banco Bradesco Leasing S.A. por meio de contrato de leasing financeiro. Essa aeronave tem como objetivo:

- Viabilizar viagens a novos negócios e investimentos pelos diretores;
- Reuniões no exterior onde a Holding possui investimentos financeiros (por exemplo, Banque Privee Espirito Santo);
- Viagens nacionais e ao exterior relacionadas às participações societárias diretas e indiretas (CAIO Brasil, CAIO México, CAIO Chile); e
- Boa impressão e imagem associadas a excelência dos produtos serviços do Grupo Ruas e suas “marcas” (RuasInvest e CAIO).

As principais coberturas da aeronave referem-se a casco e guerra (US\$ 30 milhões), danos pessoais (US\$ 25 milhões) e responsabilidade civil (UD\$ 150 milhões).

e. A movimentação do custo do imobilizado nos exercícios de 2013 e 2014 está demonstrada no quadro abaixo

Custo	Máquinas e equipamentos		Total
	Aeronave		
Saldo em 1º de janeiro de 2013	-	-	-
Adições	60.169	-	60.169
Saldo em 31 de dezembro de 2013	60.169	-	60.169
Adições	2	-	2
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2	60.169	60.171

f. A movimentação do custo da depreciação nos exercícios de 2013 e 2014 está demonstrada no quadro abaixo

Depreciação	Máquinas e equipamentos		Total
	Aeronave		
Saldo em 1º de janeiro de 2013	-	-	-
Adições	(4.111)	-	(4.111)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(4.111)	-	(4.111)
Adições	(6.017)	-	(6.017)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(10.128)	-	(10.128)

10 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Garantia	Encargos	Mês de vencimento	2014	2013
Leasing	Aval	0,2356% a.m.	04/2018	51.222	54.528
Capital de giro - CCB	Aval	100% CDI + 2,5 % a .a.	11/2013	-	21.034
Capital de giro - Operação 4131	Aval	100% CDI + 1,75% a.a.	04/2016	20.577	-
Mútos com partes relacionadas (Nota Explicativa nº 7)				898	21.344
				72.697	96.906
	Circulante			17.502	53.904
	Não circulante			55.195	43.002
				72.697	96.906

Os contratos desses empréstimos não possuem cláusulas restritivas, covenants ou outros dessa natureza.

11 Outras contas a pagar

	2014	2013
Valor a pagar referente à compra de participação societária das empresas Divena Litoral Ltda. e Divena Comercial de veículos Ltda.	1.166	3.900
Outras contas a pagar	<u>294</u>	<u>193</u>
	<u>1.460</u>	<u>4.093</u>

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as ações e o capital social estavam distribuídos entre os acionistas conforme abaixo:

	<u>2014</u>			<u>2013</u>		
	Quantidade de ações	Participação no capital em reais	Participação em %	Quantidade de ações	Participação no capital em reais	Participação em %
Acionistas						
Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz	2.500.000	91.000	33%	2.500.000	25.000	33%
Paulo José Dinis Ruas	2.500.000	91.000	33%	2.500.000	25.000	33%
Marcelo Dinis Ruas	<u>2.500.000</u>	<u>91.000</u>	<u>33%</u>	<u>2.500.000</u>	<u>25.000</u>	<u>33%</u>
	<u>7.500.000</u>	<u>273.000</u>	<u>100%</u>	<u>7.500.000</u>	<u>75.000</u>	<u>100%</u>

Aumento de capital

Conforme registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP em dezembro de 2014 e 2013, os acionistas deliberaram o aumento de capital nos valores de R\$ 198.000 e R\$ 45.000, respectivamente, mediante o aproveitamento da conta de reserva de lucros da sociedade. O aumento de capital deliberado foi integralizado na proporção de suas participações detidas no capital social da Companhia da seguinte forma:

	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	Data	Valor	Data	Valor
Aumento de capital				
Com a utilização dos lucros acumulados	15/12/2014	172.794	16/12/2013	23.213
Em dinheiro	15/12/2014	<u>25.206</u>	16/12/2013	<u>21.787</u>
		<u>198.000</u>		<u>45.000</u>

b. Reserva legal

A reserva legal foi constituída a 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

c. Dividendos

O estatuto da Companhia é omissivo com relação ao dividendo mínimo obrigatório, sendo assim foi calculado a base de 50% sobre o lucro líquido do exercício ajustado pela reserva legal, ou seja, em 31 de dezembro de 2014, o montante de dividendo é de R\$ 23.183 (R\$ 17.465 em 31 de dezembro de 2013).

d. Reserva de retenção de lucros

A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 25.601 (R\$ 175.211 em 31 de dezembro de 2013) referente à reserva de retenção de lucros que deverá ser destinada na próxima Assembleia Geral Ordinária, de acordo com o estabelecido no artigo nº199 da Lei 6404/1974 e atualizações.

13 Despesas gerais e administrativas

	2014	2013
Despesas com depreciação	(6.017)	(4.111)
Serviços de terceiros - pessoa jurídica	(3.362)	(2.952)
Comissões de fiança	(1.282)	(1.527)
Despesas com pessoal	(900)	(509)
Despesas com aeronave	(672)	(520)
Outras	(1.043)	(525)
	<u>(13.276)</u>	<u>(10.144)</u>

14 Outras receitas e despesas operacionais

	2014	2013
Outras receitas operacionais		
Receita com venda dos investimentos (a)	26.500	-
Outras receitas	16	355
	<u>26.516</u>	<u>355</u>
Outras despesas operacionais		
Custo dos investimentos vendidos (a)	(13.438)	-
Outras despesas	(499)	(1.132)
	<u>(13.937)</u>	<u>(1.132)</u>

(a) Refere-se aos valores envolvidos na operação de venda dos investimentos mantidos na Comercial de Veículos Divena Ltda., Divena Litoral Veículos Ltda. e CLA Administração e Participações Ltda. (vide nota explicativa 8), sendo R\$ (22.649) oriundo do custo do investimento até a data da venda e R\$ 9.211 referente ao ganho por compra vantajosa.

15 Resultados financeiros

	2014	2013
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	8.725	10.205
Juros sobre mútuos (Nota Explicativa nº 7)	-	1.340
Outras	299	249
	<u>9.024</u>	<u>11.794</u>
Despesas financeiras		
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(38)	(479)
Perdas em investimentos financeiros	(6.690)	(4.844)
Juros sobre empréstimos	(13.259)	(2.724)
Juros sobre mútuos (Nota Explicativa nº 7)	(732)	(885)
Outras	(2.773)	(3.046)
	<u>(23.492)</u>	<u>(11.978)</u>

16 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2014	2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	51.539	36.768
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(17.523)	(12.501)
Equivalência patrimonial	22.618	16.277
Resultado tributável na venda de investimentos (*)	(3.655)	-
Compensação do prejuízo fiscal	1.096	-
Outras adições e exclusões	(5.088)	(3.776)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	<u>(2.552)</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva	<u>5%</u>	<u>-</u>

(*) A Companhia optou pela sistemática do lucro real trimestral, essa sistemática determina que a apuração do lucro real/prejuízo fiscal seja feita a cada trimestre do ano. O 3º. Trimestre de 2014 gerou um lucro real ocasionado substancialmente pela venda de algumas empresas (vide nota 8 letra (c)).

a. Prejuízos fiscais a compensar

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social a compensar sobre o valor-base de R\$ 29.842.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

17 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Gerenciamento de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de moeda; e
- Risco de taxas de juros

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 30 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

	Valor contábil	Valor futuro	1 ano	1 ano
Empréstimos	72.697	97.269	26.278	70.991
Outras a pagar	1.460	1.460	294	1.166
	74.157	98.729	26.572	70.991

b. Risco de moeda

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras na contratação de instrumentos financeiros. A Companhia não trabalha com a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

A Companhia não possui aplicações sujeitas a exposição por risco cambial.

A Companhia não possui empréstimos em moeda estrangeira.

c. Risco de taxa de juros

Análise de sensibilidade

As variações mais significativas estão atreladas às operações pós-fixadas registradas no grupo de empréstimos e aplicações financeiras e que são demonstradas através da análise de sensibilidade abaixo:

Exposição patrimonial			Taxa de juros efetiva em	Cenários				
				I - Provável	II + 25%	III + 50%	IV - 25%	V - 50%
Ativos financeiros			2014					
	Exposição	Risco						
Banco Safra	32.974	Variação do CDI	13,06%	4.306	1.077	2.154	(1.077)	(2.154)
Banco Safra	3.376	Variação da LFT	7,82%	264	66	132	(66)	(132)
Banco Citibank	2.501	Variação do CDI	12,56%	314	79	157	(79)	(157)
Banco Luso Brasileiro	3.480	Variação do CDI	10,81%	376	94	188	(94)	(188)
				5.262	1.316	2.631	(1.316)	(2.631)
Exposição patrimonial			Taxa de juros efetiva em	Cenários				
				I - Provável	II - 25%	III-50%	IV - 25%	V - 50%
Passivos financeiros			2014					
	Exposição	Risco						
Banco Itau Unibanco S/A	20.577	Variação do CDI	12,56%	2.584	646	1.292	(646)	(1.292)

Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia definem como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Não houve alterações na abordagem da Companhia referente a administração de capital durante o ano.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	2014	2013
Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	42.350	64.255
Títulos e valores mobiliários	<u>6.296</u>	<u>9.450</u>
	<u>48.646</u>	<u>73.705</u>
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	366	376
Empréstimos - partes relacionadas	9.266	15.158
Outras contas a receber	<u>1.991</u>	<u>4.073</u>
	<u>11.623</u>	<u>19.607</u>
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	72.697	96.906
Dividendos	23.183	17.465
Outras contas a pagar	<u>1.460</u>	<u>4.093</u>
	<u>97.340</u>	<u>119.272</u>

Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

- **Empréstimos** - São passivos com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Aplicações financeiras** – conforme Nota Explicativa nº 5, referem-se a aplicações em papéis nacionais de renda fixa, lastreados em Certificados de Depósito Bancários (CDB), remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
- **Títulos e valores mobiliários** – conforme Nota Explicativa nº 6, referem-se a ações com cotação em bolsa de valores.

Em 31 de dezembro de 2014, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia acima, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	Saldo contábil	Valor justo
Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	42.350	42.350
Títulos e valores mobiliários	6.296	6.296
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	366	366
Empréstimos - partes relacionadas	9.266	9.266
Outras contas a receber	1.991	1.991
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Empréstimos	72.697	72.697
Dividendos	23.183	23.183
Outras contas a pagar	1.460	1.460

- **O CPC 40 - Instrumentos Financeiros:** Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 40 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:
 - **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
 - **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços).
 - **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia está classificado nos seguintes níveis:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	42.350	-	-
Títulos e valores mobiliários	6.296	-	-

18 Contingências

Conforme informações prestadas pelos assessores jurídicos, não existiam contingências com probabilidade provável em andamento em 31 de dezembro de 2014 e 2013. No entanto há processo administrativo em andamento relacionado a rateio de despesas tramitando na Câmara Arbitral cuja probabilidade de perda avaliada pelos assessores jurídicos da Companhia é possível e o eventual montante envolvido é de R\$ 18.084 o qual representa 1/3 do valor em discussão.

19 Compromisso de compra de investimento e garantias prestadas

A RUASINVEST Participações S.A. detém 50% das ações da Montgomery Participações S.A., que por sua vez participa com 30% na Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (Concessionária).

A Concessionária possui o seguinte controle acionário:

Empresas	Participação %
Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR).	58,00%
Montgomery Participações S.A.	30,00%
Mitsui & Co Ltd.	10,00%
Benito Roggio Transporte S.A.	1,00%
RATP Development S.A.	1,00%

Uma das condições estipuladas no edital desta licitação, ocorrida em 2006, era que a Concessionária deveria apresentar uma garantia, na forma prevista em lei, com o objetivo de assegurar as obrigações assumidas por meio do Contrato de Concessão assinado em 29 de novembro de 2006.

A garantia da operação (seguro-fiança no valor US\$ 30.000, equivalentes a R\$ 79.668, convertido à taxa de R\$ 2,6556) relativa à Fase I do projeto da Linha 4 encontra-se em processo de encerramento. Com o início da Fase II, uma nova garantia poderá ser requerida pelo seu respectivo agente financeiro, em negociação (2o. semestre de 2015).

20 Eventos subsequentes

Em 2015 a RUASINVEST Participações S.A. realizou primeiro aporte como sócia (50%) da OM Linha 6 Participações S.A., que por sua vez participa com 30% na Concessionária Move São Paulo S.A. (Concessionária). Os entendimentos para a adesão da holding do Grupo Ruas ao consórcio da Linha 6 do metrô iniciaram em 2013, e com a adjudicação do consórcio no processo licitatório ocorrido no segundo semestre daquele ano, houve o ingresso da empresa RUASINVEST.

Diretoria Executiva

Marcelo Dinis Ruas
Diretor Geral

Paulo José Dinis Ruas
Diretor Geral

Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz
Diretora Geral

Lilian Aparecida de Souza Campos
Contadora
CRC1SP189.224/O-0